

JOAQUIM NABUCO NA ERA DOS IMPÉRIOS: 1870-1910*

Marco Aurélio Nogueira

Professor de Teoria Política da Universidade Estadual Paulista-UNESP.

Noventa e cinco anos depois de sua morte — ocorrida em 1910, quando servia como embaixador brasileiro nos Estados Unidos —, Joaquim Nabuco continua a despertar interesse e a nos fascinar.

Creio que isso se deve, em primeiro lugar, ao fato de que seu percurso político e intelectual contém boa dose de sedução. É impossível permanecer impassível diante da surpreendente evolução daquele aristocrata refinado que, de um quase republicanismo nos anos de juventude, passou sem vacilações para o monarquismo parlamentar, tornou-se abolicionista militante nos anos 80, depois federalista, releu em chave conservadora o liberalismo após a queda da Monarquia, reencontrou-se com a religião ao mesmo tempo em que se proclamou pan-americanista, num ziguezague que ele próprio, talvez surpreso, sempre procurou justificar.

Nabuco parece ter-se incomodado com a transição que marcou sua vida e o levou do “politeísmo da mocidade” para a “volta misteriosa e indefinível da fé” nos anos 1890.¹ Julgou necessário explicar para si próprio e para os amigos a conversão do seu liberalismo social da década abolicionista no liberalismo conservador do período posterior à queda da Monarquia, a flutuação constante entre o cosmopolitismo mundano e o engajamento nacional, a dúvida entre a literatura e a política. Passou a vida tentando compreender a sinuosidade de sua evolução.

* Texto apresentado como conferência no Seminário Joaquim Nabuco. Embaixador do Brasil: 1905–2005, na Fundação Joaquim Nabuco, no Recife, em 18 de agosto de 2005.

¹ Joaquim Nabuco, *Minha Formação*. Nona edição. Rio de Janeiro: José Olympio; Brasília: INL, 1976, p. 25 e 165. Daqui pra frente, citado MF no corpo do texto.

Nabuco foi um cidadão do mundo, encantado com a dimensão universal da aventura humana. Viveu muito mais vinculado às agitações do espírito e da imaginação do que à prosaica rotina política ou administrativa. Cresceu como um *enfant gâté*, um dândi, com presença ativa nos salões da Corte. Num certo trecho da estrada, mergulhou na política. Entregou-se a ela, porém, de modo contido, estilizado e passional, como se quisesse neutralizar a face mais diabólica do poder e deixar patente seu desinteresse pelo jogo político miúdo, frio e calculista. Amadureceu na luta abolicionista, na qual ocupou lugar de destaque com um liberalismo configurado em chave quase “revolucionária”, disposto a descer às catacumbas sociais para interpelar as senzalas e reformar a sociedade. Ficou desnordeado pela retumbante derrocada da Monarquia em 1889, quando então, aos 40 anos — tardiamente, para os padrões da época — constituiu finalmente família e hibernou por uma década à procura de um eixo com que se relançar na vida pública.

Paralelamente a essas inflexões, manteve-se sempre como escritor talentoso, de estilo envolvente, autor de alguns livros, artigos e ensaios indispensáveis para que se compreendam alguns dos mais decisivos traços socioculturais da formação social brasileira. Não saiu de cena ao longo do século XX e chega ao século XXI com potência suficiente para conosco dialogar, como se representasse o interlocutor que nos ajuda a entender melhor o caminho que seguimos para chegar a ser o que somos. Parece retornar com força nos momentos em que nos perguntamos para onde ir, que rumo tomar, de que modo reatar os fios rompidos da história e completar as tentativas feitas para regenerar o país e para estruturar um projeto nacional, uma fantasia socialmente sustentada, como parece ser o caso do Brasil de 1990 aos dias de hoje.¹

Nabuco, o intelectual, o agitador, o publicista, o escritor, o diplomata, o político: são muitas as faces que nos atraem e nos envolvem.

O fascínio exercido por Nabuco deve-se também, em segundo lugar, ao fato de que sua obra e seu percurso espelham a trajetória da nação brasileira num dado momento da História:² a “Era dos Impérios”, o

¹ Bom exemplo disso são os dois volumes da antologia *Interpretação do Brasil: um banquete nos trópicos*, org. Lourenço Dantas Motta, São Paulo, Editora Senac, 1999 e 2001, na qual diversos estudiosos examinam algumas das mais importantes obras de explicação do Brasil. Nabuco comparece em dose tripla: são analisados tanto *Um Estadista do Império* quanto *O Abolicionismo e Minha Formação*.

efervescente último quarto do século XIX, com seu entrecruzamento de desenvolvimento e crise, com seu clima de mudança e “revolução”, no qual foram se sucedendo e se combinando a decomposição da ordem colonial, a passagem para a República, a substituição da preponderância inglesa pela norte-americana, os novos tipos sociais que se constituíam nas cidades que cresciam e se movimentavam. Aquela foi uma época em que o Brasil disputava uma partida na qual estava em jogo seu destino no grande drama universal da humanidade.

Nabuco viveu um ciclo histórico: seus sessenta anos de vida contiveram muitas coisas, menos monotonia. Não chegaram a produzir de fato tudo o que anunciaram, mas foram anos repletos de promessas e possibilidades. Anos movimentados, que certamente valeram a pena.

Uma Delicada Arquitetura

No agitado, dinâmico e muitas vezes paradoxal teatro dos anos 1870–1910, Nabuco foi sustentado por uma delicada arquitetura, composta sobre uma malha em que se entrelaçavam intelectualismo esteticizante e realismo pragmático, visão ético-moralizante e engajamento político.

Essa tensão entre ética e política derivava da própria antropologia de Nabuco, isto é, de sua concepção de homem. Ele observou em *Minha Formação*: “Cada um de nós é só o raio estético que há no interior do seu pensamento, e, enquanto não se conhece a natureza desse raio, não se tem idéia do que o homem realmente é”. (MF, 27). Com tal concepção, que o acompanhou desde a juventude, Nabuco manteve-se sempre atado ao plano do espírito, do pensamento, da imaginação, da “razão universal”. Foi um confesso e empolgado admirador do mundo europeu. Achava que, se pertencíamos à América pelo “sedimento novo e flutuante do espírito”, estávamos aprisionados à Europa “pelas camadas estratificadas do espírito”. Por mais que nosso sentimento fosse brasileiro — escreveu em *Minha Formação* —, a imaginação “não poderia deixar de ser europeia, isto é, de ser humana”, de ir além da “Primeira Missa e dos selvagens que guarneciam as nossas praias no momento da descoberta” para seguir “pelas civilizações todas da humanidade” (MF, 26). Perturbava-se com o fato: como conciliar sentimento e imaginação, como

² A este respeito, remeto o leitor à reconstrução histórica e à análise que busquei fazer em *As desventuras do liberalismo: Joaquim Nabuco, a Monarquia e a República*. São Paulo: Paz e Terra, 1984.

ser cosmopolita, universal, humano, e se inserir ativamente na vida nacional, com seu provincianismo tedioso e rasteiro? No justamente famoso capítulo IV de *Minha Formação*, não por acaso intitulado *Atração do mundo*, ele dirá que a dificuldade daquela conciliação nos condenava “à mais terrível das instabilidades”. Na América, a “perspectiva humana” não se encontrava com a paisagem, com a vida ou com a arquitetura, ao passo que na Europa parecia faltar a pátria. “De um lado do mar sente-se a ausência do mundo; do outro, a ausência do país” (MF, 26). Tal dificuldade de conciliação acabaria por impor um desfecho. Ciente de que havia cumprido um papel “nacional” no movimento abolicionista e escrevendo num momento (anos 90) em que precisava esclarecer muita coisa, Nabuco dirá que entre a pátria e o mundo acabou por optar pela pátria. Mas não será convincente nessa declaração, a ponto de retorcê-la bastante: “Quando, porém, entre a pátria, que é o sentimento, e o mundo, que é o pensamento, vi que a imaginação podia quebrar a estreita fôrma em que estavam a cozer ao sol tropical os meus pequenos debuxos de almas, deixei ir a Europa, a história, a arte, guardando do que é universal só a religião e as letras” (MF, 28).

Nessa antropologia, a política seria apenas uma “refração daquele filete luminoso que todos temos no espírito” (MF, p. 27). Afinal, a política prática, miúda, cotidiana tendia à exacerbação dos ânimos, ao extremismo que cegava, a uma espécie de “perda” da dimensão humana do homem, a um empobrecimento daquilo que dignificava e dava sentido à existência. Do mesmo modo que “a religião requer o batismo d’água, e a guerra, o do fogo”, a política “exige o batismo do ódio. Aquele que não o tiver recebido não pode aspirar ao triunfo. Os insultadores empurram, sem o saber, encosta acima, o carro que os entusiastas, sem auxílio, não poderiam arrastar”.³ A política, portanto, no limite, estava em contradição com a postura espiritual cosmopolita ou, antes, mundana, que se caracterizaria “pela compreensão das soluções opostas dos mesmos problemas sociais, pela tolerância de todas as opiniões, pela igual familiaridade com correligionários e adversários, pela idéia, para dizer tudo, de que acima de quaisquer partidos está a boa sociedade”. Não se tratava de excluir ou rejeitar a política, mas de pensá-la e praticá-la a partir de um outro ponto de vista que, sem ser

³ NABUCO, Joaquim. *Pensamentos soltos*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, p. 243.

“necessariamente eclético, nem, ainda menos, céptico”, é “incompatível com o fanatismo, isto é, com a intolerância, qualquer que seja ela”. Nabuco, por isso, colocou-se sempre “em um terreno politicamente neutro” (MF, 30), fora e acima de partidos, de emoções tópicas e passageiras. Suas afinidades políticas mantiveram-se vivas, mas em posição secundária, “subordinadas à atração puramente intelectual” (MF, 33). Ele se verá com “uma espessa camada europeia na imaginação” – “camada impermeável à política local, a idéias, preconceitos e paixões de partido, isoladora de tudo o que em política não pertencesse à estética” (MF, 51).

O intelectualismo lhe servia para tornar menos repulsiva a realidade nacional, estragada pela “mancha negra da escravidão” (como será dito em *O Abolicionismo*) e portanto apenas tornada suportável por meio de um estratagema de tipo “espiritual”: era preciso pensar o país a partir de posições elevadas, puras, universalizantes, de onde seria possível em certa medida idealizá-lo, isto é, convertê-lo em algo compatível com ideais, princípios e projetos. A “política com P grande” revelava-se um recurso para que se conseguisse conviver com a “pequena política”.

Nabuco sempre reconheceu seu modo “estético” e intelectualista de ver o mundo. Em *Minha Formação*, esse é um dos temas recorrentes.

“Entre as molas do meu mecanismo, nenhuma teve a elasticidade e a força da que eu chamaria a mola estética. [...] Durante toda a minha carreira, movi-me sempre por algum magnete moral; meus erros foram desvios de idealização; eu nunca teria podido confessar uma idéia, uma crença, um princípio, que não fosse para mim um ímã estético. Sendo assim, se a minha estética fosse republicana, isto é, ateniense, romana, florentina, nunca a Monarquia me teria feito despregar a sua bandeira no campo da imaginação, como um cavaleiro andante” (MF, 52).

Foi intelectualista e esteticizante o engajamento de Nabuco na luta contra a escravidão. A presença dos escravos o incomodava não tanto porque representasse um entrave ao progresso material do país ou um fator de perturbação e rebaixamento da Monarquia, mas porque era infamante e ultrajante demais, colidia com as razões maiores da humanidade, nos relegava ao lixo da História, impedia nossa auto-afirmação. Tratava-se de um “problema moral”, que por isso teria de ser enfrentado num terreno fortemente impregnado de parâmetros éticos e morais. A

própria adesão de Nabuco à causa da emancipação, aliás, será por ele vista como ocorrendo neste plano, e não como decorrência de contingências imediatamente políticas ou partidárias. Será uma adesão de tipo existencial, afetiva, integral, tão pungente que caberia toda em um quadro da infância, a do escravo que no engenho Massangana se atira aos pés do menino Nabuco clamando para ser por ele comprado e poder servi-lo. Naquele gesto eloqüente, Nabuco descobrirá a “verdadeira natureza da instituição” que lhe era tão familiar mas que ele não suspeitava conter tanta dor. Ficarão tão tocado pela cena e por tudo o que a determinava que acabará, anos depois, proclamando aquela surpreendente e singular nostalgia, a “saudade do escravo”, que ecoa nas páginas de *Minha Formação* (MF, 120).

Seguirá o mesmo tom para diagnosticar o problema. Em sua forma mais bem acabada — isto é, nas propriedades mais antigas, onde se podia encontrar uma “aristocracia de maneiras” e um “resguardo em questões de lucro” —, a escravidão brasileira seria “particular”, a ponto de deixar em Nabuco a imagem de “um jugo suave, orgulho exterior do senhor, mas também orgulho íntimo do escravo”. Seria algo profundo, que permaneceria “por muito tempo como a característica nacional do Brasil” (MF, 120). Exatamente por isso, o combate a ela — um imperativo irrecusável — não poderia ser travado só com pragmatismo político. Dependia de um engajamento total, de uma adesão ética. O ingresso na causa da emancipação seria antes de tudo uma atitude fundada no despreendimento, na compaixão, no reconhecimento pleno do valor humano daquela raça generosa que, “por sua doçura no sofrimento”, emprestava “à opressão de que era vítima um reflexo de bondade” (MF, 125). Em suma, na questão da abolição, Nabuco não se desviará do “espírito inglês”, que se caracterizava por buscar “fazer o argumento moral prevalecer sobre o argumento utilitário” (MF, 75), por buscar antepor tal reforma “a todas as outras por toda ordem de sentimento” (MF, 76). Seu engajamento será impulsionado “pela identificação humana com os escravos”, que substituirá e subalternizará a feição mais propriamente política do problema (MF, 116).

Nabuco, em suma, quis fazer política sem ser político, isto é, fazer política “com P grande”. Para sair da fase errática em que se encontrava até 1878 — fase de curiosidade, de amor pelas viagens, pelo teatro, pelos livros novos —, abraçou uma bandeira capaz de arrebatar-lo, de empolgá-

lo, de eliminar o que a política tinha de “emoção partidária, incerta, negativa, de temor de edificar desconfiado da solidez dos materiais e do terreno”. Uma causa, portanto, em que “o interesse fosse humano, universal; que a obra tivesse o caráter de finalidade, a certeza, a inerrância do absoluto, do divino como tem as grandes redenções, as revoluções da caridade ou da justiça, as auroras da verdade e da consciência sobre o mundo” (MF, 113).

Nabuco não cansou de repetir que em todas as suas grandes emoções políticas — a Abolição, a expulsão do Imperador em 1889, a revolta da Marinha entre 1893 e 1895 — houve “muito pouca política”. Naqueles eventos, para ele, “a política suspendeu-se” e prevaleceu apenas “o drama humano universal transportado para nossa terra”. Dirá textualmente: “procurei na política o lado moral, imaginei-a uma espécie de cavalaria moderna, a cavalaria andante dos princípios e das reformas; tive nela emoções de tribuna, por vezes de popularidade, mas não passei daí: do limiar; nunca o oficialismo me tentou, nunca a sua deleitação me foi revelada; nunca renunciei a imaginação, a curiosidade, o diletantismo, para prestar sequer os primeiros votos de obediência”. Em suma, confessará que sua ambição em política “foi toda de ordem puramente intelectual, como a do orador, do poeta, do escritor, do reformador”. (MF, 22-23).

A emancipação foi uma causa adequadíssima, não somente pela dimensão trágica em que estava posta — um convite que os espíritos esteticizantes não tinham como recusar —, mas também porque permitiu a Nabuco ficar naquele “terreno politicamente neutro” que tanto o seduzia.

Em Nabuco, porém, a visão esteticizante não se entregava sem luta à própria lógica. Em certa medida, era desautorizada e contrabalançada pelo pragmatismo, pelo empenho realista em obter resultados, pela busca do desfecho e da conclusão. Foi assim na luta em favor da Abolição, causa que exigiu a mobilização dos fatos puros do espírito tanto quanto das impurezas da política prática, que impôs concessões e acomodações de vários tipos e levou o esteta moralizante a buscar as raízes sociais dos fatos morais, a se abrir para alianças e forças “materiais” e, com isso, a ultrapassar o plano próprio do drama, da moral, da estética. Não bastavam a indignação ética e a iniciativa intelectual, nem mesmo quando acompanhadas de alguma pressão popular. Elas pouco fariam sem a *iniciativa política* – do Parlamento, dos estadistas, dos gabinetes, da Coroa.

Não se tratava portanto de esperar que as coisas acontecessem naturalmente, mas de organizar e dirigir o futuro. Ao diagnóstico nabuquiano

agregava-se, pois, uma teoria da ação. O abolicionismo precisava ser uma sucessão de empreendimentos e decisões concatenadas: um movimento ativo, determinado, sistemático, dedicado a acuar, sufocar e golpear de morte a escravidão. “Deixá-la dissolver-se, e desaparecer, insensivelmente, como ela pretende $\frac{3}{4}$ escreverá Nabuco $\frac{3}{4}$, é manter um foco de infecção moral permanente no meio da sociedade, tornando endêmico o servilismo e a exploração do homem pelo homem”.⁴ A emancipação seria uma autêntica obra de refundação nacional: “o começo de um *Rinnovamento*”, como dirá fazendo alusão ao movimento de unificação da Itália⁵ $\frac{3}{4}$ uma operação contundente, ampla e abrangente, ainda que não propriamente revolucionária. Afinal, o abolicionismo era uma “reforma vital” que não podia ser “adiada sem perigo”. Quanto mais avançasse, mais se dissipariam “os receios de uma guerra servil, de insurreições e atentados”. Ainda que radical, já que interessada em transformar a sociedade e cauterizar as raízes da desigualdade extrema de classes, a reforma de Nabuco seria feita mais a partir de princípios éticos e sabedoria política do que com base em mobilizações de massas oprimidas, explosões populares ou rupturas violentas.

“A escravidão não há de ser suprimida no Brasil por uma guerra servil, muito menos por insurreições ou atentados locais. Não deve sê-lo, tão pouco, por uma guerra civil, como o foi nos Estados Unidos. [...] A emancipação há de ser feita, entre nós, por uma lei que tenha os requisitos, externos e internos, de todas as outras. É, assim, no Parlamento e não em fazendas ou quilombos do interior que se há de ganhar, ou perder, a causa da liberdade”.⁶

A grande reforma social abolicionista almejava portanto ir bem além da libertação dos escravos. Donde a realista e pragmática indiferença de Nabuco para com a questão da forma do governo: enquanto a Monarquia estivesse contribuindo para a conclusão da reforma, teria no

⁴ NABUCO, Joaquim. *O Abolicionismo*. Sexta edição. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 164.

⁵ *Ibid.*, p. 170.

⁶ *Ibid.*, p. 39-43. Cf. Marco Aurélio Nogueira, “O Abolicionismo”, in *Interpretação do Brasil: um banquete nos trópicos*, org. Lourenço Dantas Motta, vol. 2, São Paulo: Editora Senac, 2001, p. 167-190.

⁷ NABUCO, Joaquim. *Um Estadista do Império*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Aguilar, 1975. Daqui para frente, citado EI no corpo do texto.

abolicionismo um leal aliado; discutir a sua substituição pela República configuraria um risco que não se devia correr. O decisivo era responsabilizar o vértice estatal, convocá-lo para cumprir seu papel na magna tarefa de erradicar a obra da escravidão.

Do mesmo modo, o embelezamento retórico da Monarquia — eixo constitutivo de *Um estadista do Império*, como se sabe⁷ — esteve compensado tanto pelo esforço “objetivo” de contar a história quanto pela preocupação de explicar a morte da Monarquia e de justificar-se a si próprio. Na trajetória global de Nabuco, o *Estadista* se contrapõe ao *Abolicionismo*: ainda que sejam muitos os pontos de contato, estamos diante de textos com lógicas bem distintas, com programas de ação quase excludentes, textos cuja coloração singular estaria determinada pelos diferentes momentos existenciais do autor — eufórico na campanha contra a escravidão dos anos 80, melancólico e quase depressivo na primeira década republicana, época que ele mesmo definiu como sendo a de um “cavaleiro andante” sem eira nem beira. Sua teoria monarquista foi o contraponto — quem sabe a correção de rota, a depuração — de sua teoria abolicionista.

O plano ético-moralizante do intelectualismo e o plano mais imediatamente político do realismo político viveram sempre em tensão e em equilíbrio dinâmico, alimentando-se um ao outro. Nabuco jamais se distanciou dessa tensão. Formou-se intelectualmente nos entrecosques da razão universal e da substância nacional, dos princípios puros — da Idéia — e da sua tradução prática. Chegou à maturidade e ao fim da vida às voltas com a luta incessante entre o fascínio excitante da imaginação e a monotonia rasteira da prática política e administrativa. Quis brilhar como pan-americanista, por exemplo, na primeira década do século XX, e esforçou-se para expor com convicção o que acreditava ser a mais bela idéia para um novo tempo, mas foi driblado pela competência “prática” de Rio Branco, num embate surdo mas nunca plenamente disfarçado. Seu pan-americanismo foi “exuberante e entusiasmado”, ao passo que o do Barão esteve sempre cortado “pela sobriedade e pelo realismo”, como escreveu Álvaro Lins.⁸

⁸ Álvaro Lins, *O Barão do Rio Branco. Biografia pessoal e história política*. Terceira edição. São Paulo, Editora Alfa-Omega/Fundação Alexandre de Gusmão, 1996, p. 322.

Estilização, Realismo e Diplomacia

A trajetória diplomática de Nabuco, bem como o modo como ele se desincumbiu das tarefas que lhe foram atribuídas pelos governos republicanos entre 1899 e 1910, não fugiram dos traços gerais de sua personalidade política e intelectual.

Proclamada a República, Nabuco retirou-se para a vida privada. Fechou-se politicamente “em uma espécie de arquivo, a recolher em livros, em documentos, em retratos, em tradições quase desconhecidas hoje, os traços da original, delicada e a alguns respeito ideal civilização em que pôde florescer por tanto tempo a única monarquia da América”.⁹ Entregando-se à redação de *Um Estadista do Império*, preparou-se discretamente para ingressar no século XX. Pouco a pouco, desfeitos os sonhos restauradores e confirmada a supremacia do civilismo paulista sobre o republicanismo militar, foi-se tomando disponível para novos engajamentos. A tensão dialética entre intelectualismo e realismo voltaria a pulsar, agora com outro molejo. O Nabuco da República já não terá mais o fervor inflamado e o radicalismo social de antes. Seriam outros os tempos, outras as idéias.

Os republicanos vitoriosos em 1889 – e, mais ainda, os paulistas vitoriosos em 1898, com a política de Campos Sales – cimentaram um caminho para moderar a construção do país em termos políticos e sociais, liberando-o em termos econômicos. O Brasil se modernizou e se alterou bastante, mas permaneceu quase o mesmo em política. A “nova classe” que emerge com a República dotará a nação de um Estado federalizado e de uma rotina democrático-representativa administrada por cima, de modo elitista. Edificou assim uma ordem política liberal mas não democrática. A República modelou tanto as práticas políticas quanto as mentalidades e as condutas, mesmo as aparentemente mais firmes e resistentes, como a de Nabuco. Ao final da primeira década do novo regime, já não havia mais uma revolução a ser feita, e a vida política se acomodaria. Acomodar-se-iam também, de modo inevitável, os alinhamentos políticos e doutrinários.

Muitos ex-monarquistas refletiram o dilema da época, traduzindo-o numa escolha entre a nação e o regime. Com quem deveriam ficar, agora que a República se consolidara?

⁹ NABUCO, Joaquim. *O dever dos monarchistas. Carta ao Almirante Jaceguay*. Rio de Janeiro, Typ. Leuzinger, 1895. Agora em *Joaquim Nabuco: o dever da política*, org. de José Almino de Alencar e Ana Pessoa. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, 2002, p. 77.

Nabuco pavimentou com cuidado (ainda que não necessariamente com cálculo) sua aproximação com o governo republicano. Logo em 1890, na *Resposta às mensagens de Recife e Nazaré*, na qual recusou o apelo que correligionários lhe fizeram para se candidatar à Assembléia Constituinte, estabeleceu a base de um raciocínio que seria seguido por toda a década: “não é preciso ser republicano sob a República, como não era preciso sob a Monarquia ser monarquista, para cumprir os deveres de um bom brasileiro. Basta ter clara a noção de que nunca se tem direito de prejudicar a pátria para prejudicar o governo”.

Em 1899, aceitou o convite feito por Campos Salles para chefiar a missão diplomática que cuidaria da questão da fronteira com as Guianas. Dirá então: “Podem os partidos na luta política achar-me em contradição com eles; ainda não me acharam, porém, incoerente comigo mesmo, com meus próprios sentimentos, que são os ideais a que servi”. E depois: “Não foi à última hora, foi logo desde a primeira que continuei minha marcha sob a República pela mesma estrada, a cavaleiro dos partidos, em que andei sempre sob a Monarquia”.¹⁰

Em dezembro de 1902, Rio Branco tomou posse como Ministro das Relações Exteriores. Na ocasião, disse o mesmo que Nabuco: “não venho servir a um partido político, mas ao Brasil, que todos desejamos ver unido, íntegro, forte e respeitado”. A pasta das Relações Exteriores deveria estar acima da política interna. Não se tratava de um compromisso com regimes ou partidos, mas de um compromisso com a pátria. Anos mais tarde (1905), quando Nabuco é nomeado primeiro embaixador do Brasil nos Estados Unidos, a perspectiva de uma colaboração com a pátria e não com o regime já se consolidara plenamente, a ponto de se ter diluído.

A adesão de Nabuco foi pragmática. A restauração monárquica, afinal, havia ficado inviável pois se reduzira à reposição mecânica do passado. E ele, por diferentes razões, não poderia se conformar em ter os livros como sua única causa. Além do mais, era preciso dar condições de governabilidade à República dos civis contra os “jacobinos militaristas”. Ao pragmatismo, porém, não faltaria uma boa dose de estilização. Nabuco optava pela pátria, pela causa nacional, pelo dever para com o país, não pela questão política. Decidia-se motivado pelo apoio que mereciam aque-

¹⁰ Carta ao Almirante Jaceguai, Rio de Janeiro, 15 de abril de 1899. In NABUCO, Joaquim. *Cartas a Amigos*. São Paulo, Instituto Progresso Editorial, 1949, vol. II, p. 13 e 15.

les que com ele compartilhavam muitas coisas e afinidades. Em 1899, escreveu numa carta: “Fui e sou monarquista, mas essa é uma caracterização secundária para mim, acidental; a caracterização verdadeira, tônica, foi outra: *liberal* – liberal não no sentido partidário, estreito, mas no sentido que decorre destas duas consciências profundas que tenho em mim, de criatura de Deus e de membro da humanidade. Essa é a caracterização política da minha vida, como a afetiva é a brasileira. São essas três grandes correntes morais – Deus, Pátria, Humanidade – que formaram a zona temperada do meu liberalismo, a única em que vivi. Por isso chamaram-me na Monarquia republicano e por isso fiquei na República monarquista”.¹¹

A diplomacia oferecia-lhe todas as condições para evitar o ostracismo, o que seria, àquela altura (aos cinquenta anos de idade), uma morte antecipada. Permitiu-lhe entrar em sintonia com o país sem maiores exigências políticas ou ideológicas. A diplomacia estava revestida de uma auréola suprapartidária e patriótica incontestável, que deitava raízes no Império e na escola do primeiro Rio Branco, que Nabuco tanto admirava. Como reforço, fornecia-lhe o mundo e o afastava da política miúda. Concedia-lhe um largo espaço para pelejar por idéias e ideais, para desenhar grandes projetos, para voltar a desempenhar um papel.

A Era dos Impérios o auxiliou nesse movimento. A política externa brasileira ingressou no novo século tendo de conviver com um sistema internacional em transformação e cortado tanto pela intensificação das disputas por mercados e territórios quanto por fortes redefinições em termos de hegemonia e de preeminência. O prosseguimento ascendente da marcha imperialista em escala mundial, com a conseqüente redefinição do equilíbrio de forças entre as grandes potências, forçaria o governo brasileiro a voltar-se para o continente americano. O estágio em que se encontrava o país levava-o a buscar relacionamentos internacionais mais diversificados e paritários. O capitalismo em expansão interna produziria uma reversão no exclusivismo europeu, incentivando ao menos um flerte com as Américas. Ainda que fortemente determinado pela emergência dos Estados Unidos como grande protagonista das relações internacionais, o movimento em direção à América também refletia a necessidade de se redimensionar o relacionamento brasileiro com os países latino-america-

¹¹ Carta a Domingos Alves Ribeiro, Rio de Janeiro, s/d (abril de 1899). In NABUCO, Joaquim, *Cartas a Amigos*. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949, vol. II, p. 24-25.

nos, que havia sido permanente fonte de tensões ao longo do século XIX. O país que emergia com a República carecia de um novo e melhor equacionamento de suas relações com os países do continente, capaz tanto de firmar um estatuto de limites territoriais e de estabilizar politicamente a América do Sul quanto de enfrentar as novas exigências comerciais e financeiras impostas pela nova ordem econômica mundial e pela própria economia nacional.

Assumindo o Ministério das Relações Exteriores no final de 1902, o barão do Rio Branco será o grande artífice da reviravolta da política externa brasileira. Continuidor das tradições da diplomacia imperial, mas suficientemente flexível e moderno para perceber a nova ordem de coisas, procurará conduzir o Brasil para a conquista de um espaço próprio junto à América Latina. Buscará um inteligente equilíbrio entre a influência britânica e a influência norte-americana, aproximando-se dos Estados Unidos para contrabalançar o peso da Inglaterra e cortejando a Argentina e o Chile para conter as ambições do Norte. Tentará garantir a independência de ação brasileira e obter vantagens diante dos países vizinhos. Nem sempre obterá sucesso nessa manobra e acabará — de modo não necessariamente intencional — por ser o principal impulsionador da “americanização” de nossa política externa, subestimando os efeitos da liderança norte-americana no continente.

Nabuco foi o tradutor extremado da política de Rio Branco. Sua idéia de aproximação com os Estados Unidos apoiou-se na tese de que era um “privilégio” para as nações latino-americanas serem comandadas pelos norte-americanos. Tornou-se um entusiasta do pan-americanismo entendido como união americana sob a ascendência dos Estados Unidos, que ele via como estando despojada de qualquer pretensão hegemônica. Necessitado de uma nova causa, adotou o pan-americanismo com o mesmo ardor de seus antigos sonhos patrióticos da década abolicionista. Sua conversão será rápida e abrupta: em pouco tempo, a tese da união americana sob comando norte-americano — que Oliveira Lima chamará ferinamente de “pan-americanismo do Norte” — absorverá tudo o mais, até mesmo a antiga e consolidada admiração pela Europa.

Seria, no entanto, injusto e incorreto referenciar o pan-americanismo de Nabuco a uma mera capitulação “entreguista” à supremacia norte-americana. Sua adesão e sua entrega àquela causa derradeira foram antes de tudo marcadas por um misto de ingenuidade, intuição e generosidade.

Precocemente envelhecido e sem qualquer ânimo político maior, chegou à fase final convencido de que precisava reatar os fios que o ligavam à juventude e à década abolicionista. Era como se desejasse recuperar o tempo perdido no correr dos anos de ostracismo e retraimento que se seguiram à proclamação da República. Concebeu a união americana como um verdadeiro sucedâneo do abolicionismo, meio de preencher o imenso vazio que se abria em sua vida após 1888. Nada mais havia que o prendesse ao passado senão o “heroísmo” da campanha abolicionista. Quando retorna ao Brasil em 1906, para as sessões da III Conferência Pan-Americana, pronunciou um discurso em Belo Horizonte reconhecendo o fato: “Para preencher esse vazio profundo, era preciso uma causa tão grande do ponto de vista nacional como tinha sido a causa da abolição”.

O pan-americanismo foi o trilho que o ex-monarquista encontrou para chegar à República e permanecer útil ao país, ficar bem consigo e com a nação. Foi sua última propaganda, na qual realismo e estilização voltaram a se manifestar.

Equilíbrio Dinâmico

Não deixa de ser curioso perguntar como foi possível que alguém que manteve com a política uma relação quase de estranhamento tenha podido representar um papel político.

Pode-se supor que Nabuco beneficiou-se precisamente de seu talento doutrinário e de uma sempre desejada inserção na “vida mundana” para conviver tanto com a monotonia da rotina política e administrativa quanto com a modorra nacional. Alcançou um equilíbrio dinâmico entre “estética” e realismo que o imunizou contra certos traços perversos da sociedade imperial – como o intimismo à sombra do poder, a cooptação, os jogos de cena, o arrivismo, o simulacro – e lhe possibilitou estabelecer uma zona suportável de engajamento e militância. Além do mais, municiou-o para embelezar e dar maior coesão doutrinária à necessária dureza do realismo. Não foi um fato sem conseqüências ou de pouca relevância.

1. Do equilíbrio dinâmico derivou, em primeiro lugar, um padrão de liberalismo: um liberalismo espasmódico, ora heróico e vibrante, empenhado em sacudir a nação em “seu leito de parálitica”, como ele diria na campanha abolicionista, ora quase ultramontano, conservador, preso à moderação contemplativa e sem qualquer dimensão reformadora. Nada a lamentar, porém, sobretudo se se considerar o liberalismo brasileiro da

época: “bragantino”, temente, despojado de inspirações igualitárias e democráticas, concentrado muito mais na liberdade da nação (ou do sistema político nacional) que na liberdade do indivíduo ou na projeção de um futuro social para o país.

2. O equilíbrio dinâmico tornou possível, em segundo lugar, que o realismo pragmático não bloqueasse a análise radical e abrangente. Ao invés de tolhê-lo, o apego doutrinário ao monarquismo parlamentar deu a Nabuco condições de evitar o politicismo dos republicanos – presos à questão da forma do regime – e de pensar a abolição como reforma global. O resultado foi excepcional: ao longo da campanha abolicionista, Nabuco devassou a sociedade imperial, desceu às entranhas do sistema social organizado com fundamento na escravidão e na grande propriedade agrária, bem como apresentou um generoso (ainda que nem sempre sistemático) plano de reformas voltadas para o desenvolvimento e o progresso social do país. Pôs-se efetivamente na vanguarda da revolução burguesa.¹²

Passou-se o mesmo com sua campanha pan-americanista, ao final da vida. Ainda que em posição de menor destaque, se comparada à do barão do Rio Branco, sua movimentação não só soube focalizar uma exigência da realidade – o deslocamento do eixo da hegemonia mundial e a necessidade que tinha a política externa brasileira de acertar o passo com os Estados Unidos – como também mostrou sensibilidade para dar “poesia” à reorientação diplomática que seria empreendida. Talvez não se tenha tido, ali, em suas perorações pan-americanas, a formulação de uma teoria internacional propriamente dita, mas é inegável que Nabuco, com seu entusiasmo romântico e muitas vezes ingênuo, estava *pensando e estilizando* o que o Ministro das Relações Exteriores definia como *política* de Estado.

3. O mencionado equilíbrio permitiu também, em terceiro lugar, que ele pensasse a política como algo maior do que a política do parlamentarismo brasileiro, com seus partidos andrajosos e inoperantes, com sua falta de grandeza e de sentido cívico, com seu vazio de causas. No abolicionismo, porém, a política como “P” maiúsculo não foi seguida de modo doutrinário, mas com clara orientação pragmática: tratava-se de conseguir o fim da escravidão e era preciso, para isso, compor com todas as forças do espectro político – o abolicionismo seria invencível na medida em que se tornasse uma igreja capaz de atrair seguidores de todas as igrejas.

¹² Cf. Marco A. Nogueira, *As desventuras do liberalismo*, op. cit., cap. II.

4. O equilíbrio dinâmico manteve-se às custas de oscilações e sinuosidade. Nabuco percorreu sem cessar uma trilha, em cujas extremidades estacionaram o liberalismo conservador e o radicalismo liberal (abolicionista), o republicanismo como idéia e a monarquia parlamentar como modelo ideal. Seu republicanismo foi exclusivamente ideal, uma “ilusão” de juventude sem maior desdobramento prático.¹³ Nabuco foi bem mais liberal que republicano, e tirando a década abolicionista, foi mais termidoriano que democrático, mais preso à beleza universal da fórmula centrista e parlamentarista que ao calor das ruas. No fundo, foi mais parlamentarista que monarquista, até mesmo porque não visualizou um modo factível (realista) de reunir regime republicano e parlamentarismo nas concretas condições históricas nacionais. Não teve como evitar a condenação do instituto da escravidão (uma indignidade que maculava a estética liberal) nem como deixar de aderir ao monarquismo. Em *Minha Formação*, ele mesmo estabeleceu como decisivo o ano em que vive pela primeira vez na Europa (1873), por lhe ter possibilitado fixar-se em definitivo na idéia monárquica (da qual “não devia sair mais”) e assimilar por completo a perspectiva da política com “P grande”, da “política que é história”, “drama humano universal” (MF, 22). Como monarquista, porém, fez oposição ao Imperador, denunciou a farsa do parlamentarismo e aceitou colaborar, ao final dos anos 90, com a República vencedora. Proclamou-se então um monarquista platônico, como se reconhecesse que os fatos tinham mais força que a idéia, mas não seduziriam tanto quanto ela. Enfeixando tudo, uma nítida sensação de inoperância política.

A tensão aqui mencionada não se fazia por escolha ou por opção pessoal. Ela estava em boa medida sobredeterminada pelos próprios termos do jogo social – com sua ausência de sujeitos coletivos – e pelos

¹³ Em *Minha Formação* (ob. cit., cap. XII), Nabuco dirá que foi salvo por “apenas um toque do espírito inglês” de cair na ilusão republicana. A “impressão mundana, aristocrática”, teria para ele uma “influência política puramente negativa”, qual seja, a de bloquear “o desenvolvimento do gérmen revolucionário que as leituras francesas dos vinte anos tinham deixado em meu espírito”. Sua confissão era categórica: “sem as influências negativas da imaginação, eu teria sido talvez levado até à república, como tantos que depois se arrependeram; aquelas influências me contiveram somente porque me desviaram, ou me distraíram da política. Eu era, porém, por natureza, um temperamento político. Cedo ou tarde, a política tornaria a seduzir-me, e só uma influência positiva, que criasse em mim uma segunda natureza e modificasse o meu temperamento em suas tendências absolutas, radicais. Podia tornar-me monárquico de razão e de sentimento, como fiquei. Essa influência foi o contágio do espírito inglês, o que pude apropriar-me dele”. (p. 68).

próprios traços biográficos do personagem, por sua história de vida. Nabuco sempre oscilou entre as letras e a atividade prática, entre a contemplação e a ação, entre a imaginação e o sentimento, e em boa medida não teve como evitar a política: ela lhe foi praticamente “imposta” por contingências familiares e mesmo por algumas circunstâncias dramáticas.

Nabuco foi, em suma, um cosmopolita que em dado momento aderiu a uma causa nacional. O fascínio pelo mundo ajudou-o a mitigar o tédio diante do ritmo nacional, mas também o afastou dele. Havia um quê de respeito canônico pelo europeu no cosmopolitismo de Nabuco, coisa que tanto incômodo causaria nos modernistas dos anos 20, por exemplo. Mas não se tratava de um respeito afetado, gratuito, acidental, que chegasse a impedir a relação ativa do personagem com sua época ou seu país. Tanto que, ao final da vida, quando se entrega às relações externas, não terá dificuldade em “trocar” a admiração pelas velhas potências europeias pelo elogio da nova potência norte-americana, a Europa pela América. Tratava-se, antes, da expressão de um fato nacional, grudado na colonização, na dependência, na necessidade visceral de assimilar o que vinha de fora, aquilo que Antonio Candido tão bem caracterizou como dialética do localismo e do cosmopolitismo, verdadeira “lei de evolução da nossa vida espiritual”. Ainda que em determinados momentos tenha prestado exagerada vassalagem aos padrões europeus, Nabuco nunca deixou de se guiar pelos fatos nacionais. Sua obra, em boa medida, definiu-se precisamente pela “tensão entre o dado local (que se apresenta como substância da expressão) e os moldes herdados da tradição europeia (que se apresentam como forma da expressão)”. Representou um “compromisso feliz da expressão com o padrão universal” – um momento de “equilíbrio ideal” entre o localismo e o cosmopolitismo.¹⁴

Conclusão

Podemos assim concluir que a tensão entre intelectualismo esteticizante e pragmatismo realista, com suas determinações e sobredeterminações, sugere uma explicação tanto para o fim algo melancó-

¹⁴CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. Quinta edição revista. São Paulo: Editora Nacional, 1976, pp. 109-110. Nessa mesma passagem encontra-se também a observação: “O que temos realizado de mais perfeito como obra e como personalidade literária (um Gonçalves Dias, um Machado de Assis, um Joaquim Nabuco, um Mário de Andrade), representa os momentos de equilíbrio ideal entre as duas tendências”.

lico de Nabuco — no qual o frenesi, a agitação e o liberalismo inflamado dos anos abolicionistas cedem lugar a um liberalismo conservador e bem-comportado —, quanto para o teor mesmo de sua produção intelectual. Trata-se, portanto, de um expediente revestido de alta potência explicativa.

Tal modo de ver as coisas ajuda-nos também a reconhecer com rigor que há mais de um Nabuco, mais de uma possibilidade de apresentar sua trajetória, mais de um modo de assimilar sua contribuição. Um pragmatista exacerbado lerá Nabuco como um político sensato, dado ao realismo e à idéia de política como arte do relativo. Um doutrinário, se for progressista e radical, não deixará de se fixar nos arroubos abolicionistas, no discurso incendiário dos anos 1880; se for conservador, seu Nabuco será o dos anos 1890, nostálgico das glórias monarquistas, ou o da primeira década do século XX, o de *Pensées Détachées*, do reencontro com a religião e a fé. Há um Nabuco dos governantes, preso à suavidade do gesto e sempre propenso ao diálogo, e um Nabuco dos que pensam a política como um campo de possibilidades que não dispensa o confronto, a crítica e o questionamento.

Como um clássico de nosso pensamento político, Nabuco não é seguramente um conjunto de imagens fragmentadas que se negam ou se relacionam por antinomias. Em sua obra e em sua trajetória, algumas vigas mestras certamente se mantiveram, ajudando-no a saltar de uma fase a outra sem perda de valor e de substância, preservando o equilíbrio dinâmico da dialética estilização—realismo. Os *múltiplos Nabucos* não são uma prova de fragilidade ou de inconsistência, mas são, ao contrário, uma demonstração da capacidade que teve o intelectual de interpelar o ziguezaguear da realidade, de permanecer aberto para a revisão de posições e ligado às agendas e às urgências de sua época. Somada ao vigor de seu estilo e ao caráter envolvente de seu discurso, tal capacidade possibilitou a Nabuco emprestar poesia a todas as causas que abraçou.